

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociedade e Natureza no Pantanal Norte: cotidiano, lógicas locais e circularidade cultural (1870-1930).

Ana Carolina da Silva Borges*

Resumo: Esta pesquisa tratou das relações entre homem e natureza na parte norte do Pantanal, entre os anos de 1870 a 1920. Procuramos evidenciar as transformações na relação entre sociedade e natureza. Procura-se demonstrar que foram sendo definidos pela ciência européia e também pela parte da elite, tipos de uso dos recursos naturais que, na maioria das vezes, ignoravam ou desprezavam a variedade e complexa interação dos habitantes locais com o meio, bem como o papel dos recursos naturais em seu cotidiano. As representações sociais sobre a natureza ofereceram muitas possibilidades de leituras que permitiram identificar traços da vida social da população rural da província no período.

Palavras-chave: *ribeirinhos*, relação sociedade x natureza, Pantanal Norte.

Abstract: This research dealt with the relations between man and nature at north of the Pantanal, between 1870 and 1920. We evidence the transformations in the relation between society and nature. It is demonstrated that it had been defined for the European science and also for the part of elite, kinds of use of the natural resources that was ignored or disdained the variety and complex interaction of the local inhabitants with the environment, as well as the roles of the natural resources in its daily. The social representations about nature had offered many possibilities of readings that had allowed identifying traces agricultural population social life of the province in this period.

Keywords: riversides, society versus nature relationship, North Pantanal.

Hoje a pesca, e como resultado da pesca da-lhe para viver dois ou três dias, dorme no quarto e torna a pescar no seguinte. Os rios Cuiabá, Paraguay e outros, que contém a Província, são abundantíssimos em pescado. Parece um bem, e realmente é debaixo do certo ponto d'vista, mas converte-se n'um grande mal, porque pode-se dizer sem medo de errar, alimenta a ociosidade em que vive e a que se abandona a matar parte da população. Isto por um lado: pelo outro actua perniciosamente a descrença nos modernos motores que encontram franca aceitação por toda a parte (...)¹

Estamos diante de um tipo de documento bastante conhecido e utilizado na historiografia de Mato Grosso que muito contribuiu para as análises econômicas, sociais, políticas e culturais. A partir dele, assim como a sua articulação com outros tipos de documentos e bibliografias, pretendemos fazer algumas considerações que possam colaborar

* Mestranda em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Bolsista CAPES.

¹ (Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, em 1872, pelo presidente da província, o exm. sr. tenente coronel Francisco José de Cardozo Junior, 1873:87)

para a compreensão de uma pequena parcela da população rural de Mato Grosso localizada ao longo dos rios São Lourenço e Cuiabá entre os anos de 1870 à 1930².

Para tanto, elementos relacionados às lógicas locais do Pantanal Norte, ao longo deste período e, significativas para a compreensão da reprodução rural, serão aqui trabalhadas. A visão construída naquele momento pelos viajantes europeus, e alguns grupos da elite de Mato Grosso sobre a utilização e manejo dos recursos naturais dos moradores fixados ao longo da beira dos rios também receberão atenção, possibilitando o entendimento de como a sociedade se relacionava com a natureza.

Este relatório de Presidente da Província datado no ano de 1872, se refere a prática da pesca no que tange a forma como esta atividade era vista por uma parcela que compunha a elite de Mato Grosso. Tida por este grupo enquanto uma atividade relacionada à ociosidade que fomentava ainda mais a inércia tão presente na Província, a pesca era, para os mesmos, uma prática que continha uma gama de imagens pejorativas porque, segundo estes, estava sendo desenvolvida inadequadamente pelos moradores locais, inviabilizando a melhoria das relações comerciais tão almejadas pela elite mato-grossense.

Há de se destacar que muitas dessas percepções contidas neste relatório de Presidente de Província, receberam influências dos viajantes europeus que aqui estiveram, cujas visões sobre o meio natural e suas práticas viabilizou a emergência de discussões sobre estas questões pelos grupos que tinham interesses em explorá-lo.

Essas discussões e reflexões referentes à relação entre a sociedade e a natureza estão inseridas num *tempo* em que as máquinas, o lucro, as grandes transações comerciais receberam um respaldo ainda maior no âmbito econômico e político das nações então vigentes, estava-se diante de um mundo em que o ideal de modernidade era hegemônico. Estamos nos referindo ao *tempo* da *civilização* e do *progresso*, que implicava em uma série de valores, conceitos e modos de viver calcados, sobretudo, no etnocentrismo.

² Este recorte temporal foi escolhido porque em 1870 a Província passa por algumas transformações com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, fazendo com que o comércio da Província fosse intensificada e as suas negociações com a região do Prata aumentassem significativamente. É a partir de então que o barco a vapor passa a ser utilizado, diminuindo viagens que duravam em torno de três ou quatro meses para um mês, e a região é inserida no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para que os proprietários do Pantanal tivessem maiores lucros e pudessem investir nas fazendas e usinas ali existentes, ao mesmo tempo em que as populações fixadas a beira dos rios puderam aumentar consideravelmente as trocas e vendas de produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, lenha, e de outros artefatos com as embarcações que ali paravam.

Essas relações só foram interrompidas nas primeiras décadas do século seguinte, aproximadamente no ano de 1930, quando se solidifica efetivamente o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação mais eficientes, como as estradas de ferro, de rodagem que diminuía viagens de um mês para quinze dias. Com isso as rotas fluviais deixaram de ser a melhor opção para o escoamento da produção agro-pastoril e para a comercialização de mercadorias em geral. Há de se destacar que em 1930, com a entrada de Getúlio Vargas na Presidência da República, tem início a corrida contra o coronealismo que atinge também Mato Grosso.

Porém, este fluxo de idéias e a sua conseqüente utilização por diferentes grupos sociais, deve ser compreendida a partir da circularidade cultural (GINZBURG, 1987: p.16) que as visões sobre a natureza tiveram para a composição das representações que legitimavam e justificavam a relação que os homens mantinham com o ambiente natural.

As idéias de progresso e civilização tão recorrentes ao longo do século XIX, e início do século XX, não só na Província mais em todo o país, ganham mais visibilidade na medida em que transformações, especialmente no cenário político, durante o processo de independência, fizeram com que os governantes do Império dessem maior atenção ao ambiente natural. Isso seria ocasionado pela necessidade do Brasil solidificar-se enquanto nação. Para tanto era imprescindível, desenvolver estudos e investigações sobre as riquezas nacionais, “tanto materiais quanto culturais, para se identificar os elementos distintivos e definições da nação brasileira.” (CASTRO, 2001: 74)

Nesse contexto os viajantes adquiriram respaldo maior, pois caberia a eles o papel de percorrer as áreas do Império, inclusive os territórios mais afastados do litoral, os “sertões”, descrevendo as riquezas e identificando as formas apropriadas de sua utilização com o intuito de atrair investimentos (ARRUDA, 2000: 43-65).

Identificados os recursos disponíveis pelos viajantes estrangeiros como principal potencialidade local da Província, aumentava a importância do ambiente natural para Mato Grosso. Com isso a maneira como estes recursos eram utilizados também se apresentava de forma significativa, para os grupos que intencioavam utiliza-las economicamente.

Para tanto basta perceber que ao longo dos relatos de viagens eram constantes o valor atribuído ao ambiente natural, cujas atividades direcionadas a determinadas tipos de recursos disponíveis eram imediatamente apontados:

A navegação de suas costas é muito robusta, há uma superabundância de vida animal.- Estes rios são o paraíso das aves, a caça abunda com assombro, as delicadas pavas do monte, uma espécie de patos semelhantes aos macacos, e outras especialidades que só ali é conhecido-. Entre as aves mais pintadas, mais canoras e mais atrativas se distingue o uapú, do tamanho de um milho, sua cor é de um negro atornoselado, o bico e parte suas asas amarelas. Quando canta se cuelga de las ramas com a cabeça até abaixo e erisa toda a sua bela plumagem; tem a propriedade de imitar a todas as aves; aparte de seu harmônico canto até um curioso remedo de los demas-. O uapú tem um instinto finíssimo, e tal sua arte se conservar sua prole, que poderia chamar-se ya suspicacia.- Esconde nas arvores mais altas, estão nos ramos mais salientes, em cujo extremo cuelga su nido, espécie de bolsa de dois a três palmos formado de um primoroso tejido de paja, que o vento balança e sacode para

que não possa derrubar jamais.- Também se encontra uma ave muito hermosa que os naturalistas chamam *Juan Pinto*, e cujo canto e cuja as cores são deliciosos³.

Este relato de viagem referente ao Pantanal Norte, ao narrar a paisagem possibilita perceber a atenção às espécies de plantas e animais e o seu valor econômico. Nas aves o que chama bastante atenção do viajante são as plumas e suas cores, além de destacar a grande viabilidade de caça em abundância naquele local.

Nesse mundo das idéias de *civilização* e *modernidade* do século XIX, a racionalidade, o progresso, a ciência enquanto verdade absoluta foram diretrizes que compuseram um conhecimento organizado, classificatório e experimental, já bastante solidificado (PELIZZOLI, 2003: 17). Estas diretrizes direcionaram as viagens exploratórias ao Brasil e conseqüentemente à Mato Grosso, contendo visões de cunho, sobretudo, utilitaristas como pode ser observado logo acima. Além do mais, se por um lado o ambiente natural passa a ser valorizado no que tange a economia da Província, o mesmo não acontece com a população local.

Lylia S. Guedes Galetti (GALETTI, 2000) ao estudar as imagens que os viajantes tinham sobre Mato Grosso, ressalta a idéia de um espaço vazio e isolado vinculando esta Província a um lugar remoto cercado de terras virgens constituída por uma riqueza inquestionável. Segundo Galetti muitas visões construídas sobre o povo brasileiro em forma de críticas negativas além de serem reproduzidas em Mato Grosso, foram acima de tudo ressaltadas⁴.

Percepções utilitaristas do ambiente natural são bastante corriqueiras também nos Relatórios de Presidente de Província. Se voltarmos ao relatório de Presidente de Província logo no início do texto veremos que a pesca não é criticada como uma atividade que perpassa pela ilegalidade, mas sim de acordo com alguns dos grupos que compunham a elite de Mato Grosso ela se desenvolvia de forma inadequada, indevida, e acima de tudo irracional.

Em muitas páginas desses relatórios percebe-se o incômodo dos governantes da Província em relação à não ampliação das diversas atividades econômicas, tanto no comércio quanto na indústria e agricultura. Em relação à agricultura o relatório de 1871 aponta que

³BOSSI, El C.Bartolome. Viage Pitoresca: por los Paraná, Paraguay, S . Lorenzo, Cuyabá : y el Arino tributário Del grande Amazonas. Paris. Libreria Parisiense- DUPRAY DE LA MAHÉRI, 14, calle d'enghien, 14. 1863.p.50

⁴ “Apreciação deste teor, principalmente no que se refere a indolência e a preguiça, eram bastante comuns sobre as representações da população brasileira, elaboradas nos relatos de inúmeros viajantes europeus que visitaram o Brasil ao longo do século XIX e início do século XX. Entretanto, nas representações sobre os matogrossenses, estas e outras qualidades “negativas” dos brasileiros, vista como resultado das misturas de raça e dos influxos do meio tropical, são como que potencializadas” (GALETTI, 2000:31).

É de lamentar que um território vastíssimo, sombreado por florestas virgens, cortado por tantas artemas naturais- apropriado ao plantio e criação em larga escala-, encerrando abundantes minas de ouro, pedras preciosas, cobre e ferro- é de lamentar, repito, que neste território a lavoura defínhe- a industria não se desenvolva e o comercio não progrida. Quatro são as causas que deste já consignarei, submettendo-as a vossa esclarecedora consideração:

1º- A falta de braços; 2º- A dificuldade de transporte; (...) 4º- A falta de iniciativa individual- a duvida que faz concentrar os capitães da província, as vezes reservado para girarem n'outros centros. A primeira causa pode ser removida com a emigração- mas uma emigração especial uma emigração apropriada as condições do clima; uma emigração de individuos habituados a uma vida errante e não isenta de privações.⁵

Tal como nos relatos dos viajantes, este e outros relatórios do período também salientam a pouca habilidade local para atividades consideradas como “trabalho”. Tanto para os viajantes como para grupos da elite local, a população pobre de Mato Grosso era carente de bons costumes, hábitos modernos e espírito empreendedor, tão próprios do “homem civilizado”. Porém, estas percepções adquiriam maiores dimensões ao serem direcionadas para as populações rurais e suas atividades cotidianas, em que a natureza é valorizada pela disponibilidade de recursos naturais e criticada pela mão-de-obra local.

A agricultura, a criação de animais, a caça e a pesca eram alvos de inúmeras críticas, já que estavam voltadas para relações de troca e comércio locais. O Pantanal ainda se tornava mais visado porque era constituído não só pelos donos das grandes fazendas, usinas e engenhos, mas também pela grande variedade de atividades que escapavam do ideal, de práticas e relações sociais, requisitado naquele momento por alguns grupos que compunham a elite da Província.

Agregados⁶, camaradas⁷, índios⁸, escravos e trabalhadores independentes formavam as classes subalternas deste ambiente rural no período. Os tipos de territorialidades

⁵Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d'agosto de 1871. Cuiabá. typ. de Souza Neves & Comp. a [n.d.]

⁶ Os agregados eram aqueles que possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, podendo ter acesso a casa deste e tal como liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas como a agricultura e a criação de animais. Estes agregados viviam com suas famílias e garantiam a continuidade de sua reprodução social na fazenda, a partir de regras que tinham como alicerce as relações patriarcais e paternalistas, do compadrio e de princípios de reciprocidade, que compunham a “economia moral” destas relações de trabalho.

⁷ Os camaradas realizavam trabalhos temporários nas fazendas (CORRÊA FILHO, 1946:122-123). e podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a “extinção” da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando lugar muito próximo do trabalho compulsório: “Em linhas gerais, pode-se dizer que o camarada foi o elemento que, junto com os escravos, formavam a mão de obra básica nos primeiros tempos de abertura das fazendas e usinas. À medida que os segundos foram diminuindo em quantidade esses foram paulatinamente ocupando seu lugar como força de trabalho.(LUCIDIO, 1991:62).

⁸ Os Bororos Orientais, que ocupavam a região, eram a maioria dos índios que sobreviveram ao contato com os conquistadores e passaram a formar outros ambientes além das colônias. Os Bororo, após terem seu território invadido e conquistado, foram aos poucos fazendo parte de grupos sociais subalternos no meio rural, compondo as paisagens e tornando-se trabalhadores nos engenhos, nas usinas e nas fazendas (CORRÊA FILHO, 1955:123-124), podendo também desenvolver atividades independentes, não mais enquanto índios, mas como parte da sociedade mato-grossense, envolvidos em relações de trabalho e de parentesco.

também eram diversificados indo de propriedades menores até as maiores, com atividades variadas em diferentes escalas: roças⁹, fazendas¹⁰, sítios, usinas, engenhos além das colônias indígenas¹¹.

Entre os grupos que formavam essas classes subalternas do Pantanal Norte, o interesse desta pesquisa recai sobre os trabalhadores independentes denominados de ribeirinhos que, como já vimos, eram tidos por alguns grupos hegemônicos como mão-de-obra desqualificada, atribuída de ociosidade e inércia.

Porém, quando reportados estes ribeirinhos para suas práticas diárias, espacialização e relações sociais locais e com seu meio, definimos estes como pequenos agricultores, livres e pobres que possuíam relativa autonomia das fazendas, dos engenhos e usinas, mesmo que pudessem desenvolver atividades nestas territorialidades. Dedicavam-se à agricultura de subsistência como o milho, feijão, arroz, mandioca, cana, tabaco, criavam galinhas, porcos e gado e desenvolviam a pesca e a caça. Produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, em que esta pesquisa se configura na reabertura fluvial em 1870 (BORGES, 2005:22-36)

A partir desse momento, com a inserção da navegação a vapor, muitos sinais apontam para uma reestruturação social destes ribeirinhos ligados à dinâmica da relação homem/natureza, em que a intensificação de algumas práticas ocasionou alterações nas paisagens e no cotidiano. Trocas e vendas de produtos caseiros e agrícolas passam a ser praticadas cada vez em maior escala, assim como os recursos naturais foram mais valorizados e explorados. Porém, o aumento das atividades locais não era visto com bons olhos por alguns grupos dominantes de Mato Grosso, que tinham em mente outro tipo de exploração para estes recursos naturais, feito em grande escala com instrumentos de trabalhos mais eficientes e sofisticados e mão-de-obra especializada.

⁹ Poderiam se confundir com os sítios em muitos aspectos, inclusive ser originária de sesmarias. No entanto muitas roças, à beira dos rios foram formadas, desde os primeiros tempos de colonização, através da posse da terra de forma não institucionalizada.

¹⁰ A origem das fazendas e das demais territorialidades rurais de Mato Grosso está intimamente ligada à doação de terras nos termos da lei de sesmarias. Mas não eram somente fazendas que eram constituídas a partir das sesmarias, também, os sítios tiveram sua origem ligada ao estatuto português de repartição de terras. O que distingue fazendas de sítios é, portanto, muito mais do que a quantidade de terras, o modo como esta terra era explorada, de forma mais ou menos intensa. O termo fazenda está ligado a criação em maior escala de gado ou engenhos (mais tarde usinas), que além de explorar mais recursos naturais utilizavam, conseqüentemente, mão-de-obra mais numerosa e diversificada. Sobre o gado não é possível precisar a média de cabeças de reses existentes em cada fazenda, podemos apontar, tendo como base os relatos, que havia uma diversidade muito grande quanto a números de reses de gado em cada propriedade, oscilando de alguns poucos milhares até ultrapassando as cem mil cabeças.

¹¹ Santa Tereza e Tereza Cristina.

É possível perceber uma atualização das atividades locais, por meio do que Bourdieu denomina de *habitus* (BOURDIEU, 1995: 60-61), resultante do contato entre as embarcações com os ribeirinhos do Pantanal Norte. Produtos caseiros como doces, rapaduras, requeijão, queijos, farinhas, biscoitos; e produtos agrícolas como arroz, banana, feijão que provinham desses moradores, eram bastante comercializados ou trocados com os barcos a vapores durante as viagens.

A comercialização desses produtos não significou apenas uma modificação na relação de venda, compra ou troca entre as populações locais e as embarcações; mas sim, uma alteração na própria divisão de trabalho interno no que tange à suas práticas. Queijo, requeijão, doces, biscoitos, farinha de mandioca, entre outros produtos caseiros; eram possivelmente produzidos pelas mulheres, e com a intensificação dessas práticas passaram a contar também com a mão de obra masculina.

Com o comércio da Província no âmbito internacional, as peles, penas e couros de animais começaram a ser mais valorizados, porque passam estes trabalhadores ao fornecer estas matérias-primas na fabricação de bolsas, chapéus e demais acessórios, ganhando espaço de destaque no quadro dos principais produtos exportados por Mato Grosso:

PRODUTOS	1908	1909	1910	1911
IPECACUANHA	19:763\$400	8:334\$400	10:663\$800	9:354\$800
ERVA MATE	290:000\$000	291:493\$920	303:026\$469	320:498\$800
ANIMAIS VIVOS	49:113\$000	178:187\$500	144:360\$000	99:993\$000
PELES	60:691\$585	83:590\$080	95:791\$011	76:708\$178
OUTROS PRODUTOS ANIMAIS	27:599\$747	36:602\$700	36:997\$208	50:263\$418
TOTAIS	447:167\$732	598:208\$600	590:838\$488	556:809\$196

Tabela I: Exportações dos principais produtos de Mato Grosso (1908-1911). Extraído de Mensagem. Joaquim Augusto da Costa Marques, 1912 apud (CORRÊA, 1997, p. 64).

A tabela acima faz menção também a animais vivos, e sua exportação algumas vezes superam as exportações de peles, e os outros produtos de animais, mostrando a sua importância no período. Muitos indícios sugerem que estes animais vivos eram gado e cavalos.

Além da caça e das atividades ligadas aos produtos caseiros e agrícolas, outras práticas começaram a serem empregadas com maior intensidade, tal qual a pesca que não ficava restrita somente ao consumo interno. Com as paradas realizadas ao longo do rio, para o abastecimento das embarcações, muitas árvores eram derrubadas pelos moradores da região, para fazer lenha.

Apesar de todas essas transformações, a “economia moral” (THOMPSON, 1991, p. 21) dos ribeirinhos era caracterizada pela relação estreita de seus moradores com a natureza, que sofreram reestruturações, fazendo com que suas práticas, ao serem intensificadas e/ou atualizadas, estabelecessem uma reordenação na espacialização local. Entretanto as suas temporalidades escapavam daquelas impostas pelos grupos hegemônicos.

Os ribeirinhos se caracterizam pela sua autonomia sendo donos do seu próprio tempo diário de atividade. Esse termo *tempo* deve receber uma dimensão maior porque denota a estes trabalhadores pobres uma certa independência para desenvolver práticas cotidianas do tipo, quantidade e territorialidades que lhes provessem de acordo com os limites impostos por aquelas espacialidades. A relação de patrão e empregado, a jornada diária de trabalho de caráter disciplinar, com mão de obra especializada, salário mensal e principalmente, com o controle do tempo pelo chefe, fogem das lógicas locais dos ribeirinhos, caracterizando aqui o que Thompson chama de “resistência teimosa” (THOMPSON, 1998:86-149)

Percebe-se aqui um conflito simbólico espacial entre valores, conceitos e práticas capitalistas tão recorrentes em alguns grupos hegemônicos da Província, contra as lógicas locais dos ribeirinhos e sua reprodução rural. O *tempo* da velocidade e lucratividade¹² está em conflito com um tempo mais lento, caracterizado por direitos costumeiros que como Thompson salienta são, acima de tudo, locais.

As relações de parentesco, os laços de solidariedade por meio do muxirum (mutirão), a religiosidade, a criação em pastos comuns, o patriarcalismo presente nas relações estabelecidas entre os grandes proprietários da região e demais trabalhadores rurais, e especialmente, o conhecimento local sobre o ambiente natural, marcam a vida material e o universo simbólico dos ribeirinhos.

Bibliografia

ARRUDA, G. “Representações da Natureza: história, identidade e memória” **In:** ROLIM, R. C. et all. **História, espaço e meio-ambiente**. [S.l.]: ANPUH-PR, 2000, p.43-65.

BOSSI, E. C. B. **Viage Pitoresca: por los Paraná, Paraguay, S . Lorenzo, Cuyabá : y el Arino tributário Del grande Amazonas**. Paris. Libreria Parisiense- DUPRAY DE LA MAHÉRI, 14, calle d`enghien, 14. 1863.

¹² Sobre isso Arruda (2000:56) faz uma importante análise em relação ao próprio valor atribuído as cidades pelos viajantes: “A cidade aparece associada às “grandes indústrias”, aos “grandes ideais”, à velocidade, e como centro irradiador de comportamentos e iniciativas que atingem todo o território nacional, mesmo as regiões mais “estremenas”. Os atributos da cidade são características da modernidade: civilização, velocidade, fábricas”.

BORGES, A. C. S. **Sociedade e natureza no Pantanal Norte**: mudanças das práticas dos ribeirinhos no contexto da reabertura do comércio com a bacia do Prata. (1870-1920). Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Esboço de uma teoria da prática. p. 47-81. São Paulo: Ed. Ática, 1995

CASTRO, M. I. **Natureza e Sociedade em Mato Grosso (1850-1930)**. Brasília: Tese (Doutorado) -- UBCDS, 2001.

CORRÊA FILHO, V. **Pantanais Mato-grossenses**: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileiro. Série A: “Livros”, Publicação, vol. 3).

_____. **Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.

CORREA, L. S. **A fronteira na história regional**: o sul de Mato Grosso (1870-1920). São Paulo: USP-FFLCH, 1997. (Tese de doutorado).

GALETTI, L. da S. G. **Nos Confins da Civilização**: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição., 3.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1987..

LUCIDIO, J A. B. **Nos Confins do Império**: Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830 a 1870), Niterói: Universidade Federal de Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1991.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.